

CLASSE SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE EM EDWARD THOMPSON

Clécio Francisco de Albuquerque Silva

UFPB – Graduado

Palavras-chave: Classe Social, Consciência de Classe, Edward Thompson.

Encontramo-nos em contato direto com a teoria de Edward Thompson, pois temos como temática a noção de Classe Social e Consciência de Classe, ambas trabalhadas a partir da introdução de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, do estudo *As Peculiaridades dos Ingleses* e da introdução e dos capítulos *A economia moral da multidão no século XVIII* e *Rough music* do livro *Costumes em Comum*.

Thompson inicia a introdução de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, afirmando que “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (THOMPSON, 1987, p. 9). Então, a classe ocorre como fenômeno histórico, além de caracterizar-se como oposição de um conjunto de pessoas a outro com objetivos diferenciados. Já a consciência de classe “é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Thompson entende como erro a definição de classe social como coisa, como construção teórica negativa, pois defende a idéia de classe social a partir do homem histórico, inserido no processo de formação social e cultural num determinado tempo. Esta noção de experiência surge entre os anos de 1780 e 1832, na história inglesa, em que a consciência de classe se faz presente a partir das tradições populares, como fruto das experiências radicais de grupos durante a Revolução Industrial.

O resgate da história dos trabalhadores é marca constante no trabalho de Thompson, sempre na luta contra a ortodoxia fabiana e os historiadores econômicos que fixam trincheira na defesa do progresso peregrino, em que buscam pioneiros precursores do Estado do Bem-Estar Social. Thompson discorda destas ortodoxias em função do obscurecimento que produzem da história dos trabalhadores e por olharem a história a partir de uma ótica de tempo posterior aos fatos, e não como realmente se processaram.

A formação da Sociedade Londrina de Correspondência se torna objeto de estudo de Thompson, em que ele destaca, inicialmente, o número limitado de membros e as condições de ingresso. Devido ao andamento do processo, seus líderes são presos e apresentam, em seus discursos, idéias particulares, contrariando um futuro impessoal da luta de classes. Estes personagens são absolvidos, no entanto, a repressão se torna constante devido à larga abrangência da comunidade. Já neste momento, transparece a pluralidade de idéias na cidade Londres, como a união dos movimentos populares que enxergam a sociedade como construção de uma organização operária. Esta sociedade estabelece uma relação complexa com a tradição,

pois surgem rupturas e permanências que caracterizam o processo do *continuum* da formação da classe operária.

No estudo *As Peculiaridades dos Ingleses*, Thompson estabelece uma crítica a Perry Anderson e Tom Nairn que controlavam a *New Left Review*, no ano de 1962, então, promoviam o fechamento da mesma às temáticas não-econômicas e “desvios sócio-culturais”.

(...) Todos os ramais secundários não econômicos e desvios socioculturais da *New Left*, que estavam, de resto, recebendo cada vez menos tráfego, foram abruptamente desativados. As principais linhas da revista sofreram uma modernização igualmente brusca. As marias-fumaça da Velha Esquerda foram varridas dos trilhos, as paradas marginais (Compromisso, Qual o futuro do CND?, Mulheres apaixonadas) foram fechadas, e as linhas, eletrificadas para o tráfego expresso da Rive Gauche marxistencialista (...). (THOMPSON, 2001, p. 76)

A nova tendência da *New Left* opta pelas análises sobre o terceiro mundo, a teoria marxista e a história da sociedade britânica. Anderson e Nairn estão à margem da ideologia inglesa e mergulham no empirismo, liberalismo, tradicionalismo e religiosidade moral. Desta maneira, eles colocam a Inglaterra no tribunal da história, e a julgam a partir de empréstimo de modelos teóricos de outros países, principalmente a experiência francesa e a tradição marxista anterior a 1917. Anderson e Nairn afirmam, segundo Thompson, a ausência de uma história total da sociedade britânica, pois levam seu racionalismo à inteligência tradicional.

Para Thompson, a teoria de Anderson e Nairn acaba não se tornando um enunciado histórico, e sim, apenas, um estímulo à análise, pois permanecem indefinidos quanto ao modelo teórico e à noção de classe operária capitalista. A utilização do modelo francês na análise da Inglaterra se torna um problema, pois o olhar parisiense é insuficiente para uma análise dos proprietários de terras ingleses.

Thompson aponta para o fato de que a revolução inglesa ocorre como entendimento entre as forças sociais britânicas, em que os proprietários de terras se beneficiam. Estes proprietários surgem como capitalistas pela substituição dos direitos e valores tradicionais e da visão orgânica e mágica pela lei natural, assim como pela complexificação do processo, através dos cercamentos dos campos e da nascente acumulação primitiva do capital.

Para Thompson, “o que parece oferecer dificuldades a nossos autores é a passagem do capitalismo agrário e mercantil do século XVIII para o capitalismo industrial do XIX” (2001, p. 95). A crítica a Anderson e Nairn se estabelece no momento em que eles apresentam os capitalistas industriais e os agrários se opondo de maneira forte e constante, para depois se unirem num momento posterior. Como também pela confusão terminológica e adoção da revolução como marco histórico e teórico de julgamento e análise dos demais períodos.

Thompson constata a variação histórica entre a Revolução Francesa e o caso inglês, criticando a abordagem marxista que liga fenômeno político ao significado de classe, deixando de

reconhecer uma distância entre ambos. Ele faz referência a obra de Sir Lewis Namier, *The structure of politics*, com ressalvas sobre o sistema de banditismo visto não como governo aristocrático, mas sim parasitário, pois não ocorre o processo de constituição de uma classe social aristocrática que tem, em sua essência, a corrupção. A burguesia, juntamente com parte da *gentry*, estabelece um olhar crítico à corrupção, mantendo a simbiose entre a riqueza agrária, comercial e manufatureira. O movimento de 1832 se faz contra interesses predatórios, e não contra o Estado aristocrático e a classe capitalista agrária, pois parte da *gentry* também apóia o movimento.

O movimento de 1832 altera as regras do jogo entre a nova e a velha burguesia, sem recorrência à força, e sim ao debate político, marcado pela ausência de heroísmo da burguesia industrial, que aumenta sua influência devido ao avanço do poder econômico. Para Thompson:

Anderson conclui que a coragem da burguesia industrial esvaiu-se após 1832. Mas que necessidade essa burguesia tinha de coragem se o dinheiro melhor lhe servia? Por que empunharia armas contra a primogenitura se, com rapidez crescente, a terra estava se tornando apenas mais um interesse, ao lado do algodão, ferrovias, ferro e aço, carvão, navegação e finanças? (2001, p. 107).

Ele entende a classe desempenhando o papel de luta em prol da classe, e não como algo platônico, pois os conflitos de 1760 a 1832 marcam significativamente um processo de disputa. No entanto, ao contrário da continuação desta disputa, o que ocorreu foi uma simbiose entre os grupos sociais dominantes.

Thompson faz um chamamento para uma nova análise histórica e social sobre a permanência da velha corrupção com uma nova roupagem, pois a visão de Anderson e Nairn consiste numa análise que despreza a ideologia inglesa, juntamente com o individualismo burguês e sua doutrina econômica e social. A Inglaterra é um país protestante, que vive o processo de decomposição comparativa dos centros de autoridades religiosas. Este fato possibilita a emergência de uma multiplicidade racional nos meios sociais.

Thompson critica a teoria de Anderson e Nairn sobre a classe trabalhadora inglesa em função da ausência de fatos históricos e dimensão social, além da incompreensão do contexto político. Eles desvalorizam e renunciam os episódios particulares, trabalhando, em exagero, com a escola capitalista fabiana. Adotam a análise de 15 anos, como padrão e modelo para 100 anos de história inglesa.

Anderson e Nairn destacam apenas o imperialismo, em detrimento da classe trabalhadora e de seus intelectuais. Eles apresentam a classe como identidade ideal e promovem a substituição da história pelas metáforas, em que tanto a burguesia como a classe trabalhadora assumem status de imutabilidade. Com isso, a associação dos trabalhadores se compõe com o capitalismo, ao invés de se formar enquanto instituição de classe nos movimentos sindicalistas, em que se subestima a intensidade dos conflitos de classe nos século XX. Em virtude destas

afirmações descontextualizadas de Anderson e Nairn, uma nova análise da esquerda britânica, desde 1980, inserida no contexto internacional e imperialista, se faz necessária, pois as dificuldades de seu avanço diante de um quadro estrutural desfavorável são marcantes.

A definição de hegemonia de Nairn contraria a teoria gramsciana, pois “Gramsci não escreveu sobre classes hegemônicas, mas sobre a hegemonia de uma classe – a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das assim chamadas organizações privadas, tais como a Igreja, as municipalidades, as escolas etc.” (THOMPSON, 2001, p. 147). Gramsci rompe com o esquematismo de Lênin e dá flexibilidade e ressonância cultural ao conceito de hegemonia.

Anderson e Nairn realizam uma sobreposição do modelo à realidade e renunciam à dialética entre o modelo e a realidade, que consiste na base do processo cognitivo. Esta dialética é estabelecida entre o ser social e a consciência de classe. O modelo base/superestrutura gera um reducionismo contestado em virtude da sua possível aplicação. A funcionalidade do modelo também possui problemas, pois o movimento econômico se torna permanente e representa assimilação de forças e relações produtivas.

Thompson identifica a inadequação do conceito de classe em Anderson e Nairn, em virtude da noção de identidade, pois a classe, na realidade:

(...) é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é coisa, é um acontecimento. (2001, p. 169).

Na introdução de *Costumes em Comum*, Thompson nos diz que “todos os estudos resumidos neste livro estão ligados, por caminhos diferentes, ao tema do costume, assim como ele se manifestou na cultura dos trabalhadores no século XVIII e parte do XIX. Defendo a tese de que a consciência e os usos costumeiros eram particularmente fortes no século XVIII” (1998, p.13). A partir destas palavras, Thompson nos apresenta a noção de classe social, por meio da consciência de classe que se manifesta nos costumes dos trabalhadores.

Durante o século XVII, o costume é entendido como campo para a mudança e disputa. No entanto, toda generalização do termo cultura deve ser observada com certa ressalva. A cultura popular plebéia assume o caráter de resistência e aprendizado. A transmissão desta cultura se dá por meio do costume e permanência da tradição, que é limitada pelo estabelecimento das leis.

Neste sentido, Gramsci nos apresenta a noção de homem-massa que está entre a moralidade tradicional do folclore e a moralidade oficial.

O conflito entre os capitalistas e a conduta não-econômica dos costumes se dá através da formação da classe e da consciência de classe, em que a cultura expressa um emaranhado de significados. A transformação das necessidades e expectativas com a Revolução Industrial serve como componente constitutivo da cultura popular, que permite a renovação da compreensão do homem enquanto possibilidades.

No capítulo intitulado *A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII*, Thompson faz um alerta a respeito do termo motim, que é entendido através da visão espasmódica da cultura popular e conta com o apoio da historiografia britânica. O ponto alto desta visão espasmódica se dá por meio de Rostow e seu *Mapa da tensão social*, publicado em 1948. “Segundo esse diagrama, basta reunir um índice de desemprego e outro, de preços elevados dos alimentos, para poder mapear o percurso da perturbação social. Isso contém uma verdade óbvia: as pessoas protestam quando estão com fome” (THOMPSON, 1998, p. 151). Trata-se de um reducionismo econômico.

Contra esta visão espasmódica, Thompson nos apresenta a tese da legitimação social da história popular a partir dos direitos e costumes. Com isso, os motins funcionam com resposta e manifestação da economia moral dos pobres que adquirem *status* de agente social que passa a intervir junto ao governo, influenciando no pensamento do século XVIII.

As mobilizações populares ocorrem em função da alta dos preços no século XVIII, coexistindo com o desenvolvimento do capital agrícola. Neste momento, o pão é a base nutricional da população, predominando o pão branco, confeccionado a partir do trigo. A implantação de um pão mais grosseiro sofre resistência por parte da população, revelando o *status* do pão branco. A complexidade na produção e comercialização deste pão possibilita a efervescência de um clima favorável às revoltas sociais, como também à presença do modelo paternalista mercantil e manufatureiro que regula o mercado.

Todas as suspeitas recaem sobre os intermediários ou atravessadores, gerando novas práticas de mercado contra estes. O ressentimento para com estas novas práticas se torna constante e crescente, pois abre espaço às fraudes, causando a perda da transparência. A densidade e diversidade destas práticas comerciais, juntamente com as manifestações populares, levam ao rompimento do modelo paternalista, que apresenta seu caráter dualista em torno da existência ideal e real.

A vitória da nova economia política na questão da regulamentação do comércio de cereais internos é defendida por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* e pelo grupo de pensadores econômicos liberais. A desmoralização política e econômica e o fim da resistência à usura são permitidos a partir da liberalização do mercado, que a partir de sua auto-regulação, pretende atingir o bem-estar de todos. Com a liberdade de mercado, os atravessadores foram valorizados.

Thompson identifica nos modelos, tanto no paternalista com seu apelo moral, quanto no *smithiano* com sua defesa dita sistematizada, a ausência de fundamentação empírica.

Não deveria ser necessário argumentar que o modelo de uma economia natural e auto-reguladora, funcionando providencialmente para o bem de todos, é tão supersticioso quanto às noções que sustentavam o modelo paternalista – embora, curiosamente, seja uma superstição que alguns historiadores econômicos têm sido os últimos a abandonar (1998, p. 162).

Em virtude dessas transformações, ocorre o confronto consciente entre o produtor relutante e o consumidor irado. A complexidade da gestação do modelo teórico, sobre a economia moral da multidão, permite a legitimação do modelo paternalista através do repúdio, tanto da população como do fazendeiro, ao intermediário. Os magistrados também assumem a bandeira da hostilidade contra os negociantes, não condenando os tumultos populares.

As queixas populares são alimentadas pelos tradicionalistas e realizadas por meio de um edito que representa a ação do povo. A economia dos pobres se apresenta como local e de subsistência. O cotidiano deste povo é marcado pela produção do trigo, em que as áreas marginais de exportação vivem num estado de maior sensibilidade, sendo os piores ressentimentos praticados contra os exportadores. O povo, indignado, luta contra as exportações secretas e a prática do comércio regional, além da retirada de produtos do mercado aberto e variação do sistema de pesos e medidas.

O termo motim, neste momento, se torna impreciso na descrição das ações populares, em virtude de serem disciplinadas e possuírem um padrão de comportamento na fixação dos preços e reprodução das medidas de emergência no *Book of orders*, entre 1580 e 1630. Este instrumento que regulamenta os mercados por meio da atuação dos magistrados, permaneceu vivo através da memória popular. A continuação das ações populares assume o caráter de execução própria das leis, constituindo-se na inspeção de estoques e venda forçada de produtos. Os populares entram em consenso e arregimentam uma autoridade legal para presidir a taxaço dos preços. A continuidade da intimidação popular serve como contestação à visão espasmódica.

Estes motins populares, de certa forma, anulam seus objetivos num curto prazo. No entanto, o impacto de suas ameaças perturba as relações sociais e isolam os magistrados. A inadequação das forças civis de repressão e a relutância no emprego da força militar são constantes, em que a ordem calamitosa que se seguia após os motins, gera anseio das autoridades pela prevenção e negociação rápida. A eficácia dos motins é sentida na baixa dos preços e na manutenção de mecanismos de assistência social e caridade.

A questão não é simplesmente que, em tempos de escassez, os preços fossem determinados por muitos outros fatores além das meras forças do mercado. Qualquer pessoa com um conhecimento (mesmo precário) das muito difamadas fontes literárias sabe disso. É mais importante observar o contexto

sócio-econômico total em que operava o mercado, bem como a lógica da pressão da multidão (THOMPSON, 1998, p. 191).

A Revolução Industrial promove a transição entre as ações populares contra os atravessadores e o movimento do *luddismo* contra os baixos salários. Este fato ocorre em função do antijacobinismo e da nova ideologia econômica liberal. Neste momento, as autoridades agem com maior firmeza contra o antigo paternalismo, e os militares servem de remédio para os distúrbios.

Os motins são entendidos como padrão de comportamento, e não simplesmente espasmos involuntários. A longa transição entre o padrão de comportamento moral e a nova sustentação econômica, se deve, em muito, aos sermões da igreja.

Que todos os meios e persuasões honestos sejam empregados pelos juizes em suas várias divisões, e que se façam admoestações e exortações nos sermões das igrejas [...], para que os pobres tenham à sua disposição cereais e preços convenientes e caridosos. E para a promoção desse objetivo, que os mais ricos sejam sinceramente movidos pela caridade cristã a colocar os seus grãos à venda para os mais pobres pelos preços comuns de mercado: um ato de caridade, que sem dúvida será recompensado por Deus Todo-poderoso. (Book of orders, 1630. In: THOMPSON, 1998, p. 198-199)

A extinção das exortações nas igrejas ocorre durante o século XVII, mas os antigos preceitos ainda ressoam no século XVIII. O período de escassez de alimento é vivenciado com muita fome e miséria, devido às ameaças aos mecanismos da economia liberal. Os mercados funcionam como ponto de exploração e organização dos trabalhadores. Os confrontos nos mercados são universais na economia moral dos preços e passam a ter um simbolismo sanguinário da demanda do pão durante o século XIX.

Já no capítulo *Rough music*, Thompson apresenta o termo *rough music*, que na Inglaterra serve para descrever uma cacofonia contra alguns desrespeitos cometidos na comunidade. Este termo engloba uma família de formas e rituais, sendo identificado, na academia, como *charivari*. Apesar de sua generalidade, a *rough music* possui no barulho, riso e mímicas suas marcas comuns. No entanto, a *rough music* representa algo mais, como expressão ritualizada da hostilidade.

Mas não é apenas o barulho, embora o barulho satírico (suave ou selvagem) sempre estivesse presente. O barulho fazia parte de uma expressão ritualizada de hostilidade, mesmo que nas formas (talvez adulteradas?) registradas em exemplos do final do século XIX fosse atenuado, passando a ser alguns fragmentos de versos quebrados ou a repetição da “música” em noites sucessivas. Em outros casos, o ritual podia ser elaborado, incluindo desfile da vítima (ou de um substituto) montada numa vara ou num burro; máscaras e danças; recitativos elaborados; pantomimas rudes ou caçadas; ou (frequentemente) o desfile e a queima de efígies; ou, ainda, combinações variadas de todos esses elementos. (THOMPSON, 1998, p. 354).

A memorização indelével dos elementos essenciais da *rough music* possibilita aos pesquisadores utilizar a tradição oral como fonte para seus estudos. Estes rituais são narrados durante o século XIX pelos folcloristas, que estão preocupados com a preservação de suas formas. Suas dramatizações possuem um aspecto processual, servindo em alguns como legitimação das autoridades civis e eclesiásticas. Neste sentido, o simbolismo da execução pública, terror, justiça, tradição e rebelião permeiam a cultura popular durante o século XVIII e funcionam como instrumento de auto-regulação comunitária.

A *rough music* possui na diversidade, maleabilidade e flexibilidade suas marcas formativas. Como reflexo deste fato, ocorre a dificuldade de definição da *rough music*, que serve como algazarra, festival ou rito de iniciação. Ela funciona como canalização das forças humanas, pois significa desonra pública e permite o julgamento comunitário, controlando desta forma, as hostilidades sociais. Ela acaba, com isso, promovendo a divisão entre o espaço público e o doméstico.

Como sugeri, essas formas faziam parte do vocabulário simbólico da época, capaz de ser expresso em frases com significados diferentes. Mas não era apenas qualquer vocabulário, pois cada símbolo evocava um significado por sua própria conta: o homem sentado em silêncio com a roca de fiar nas mãos, sendo espancado por um homem vestido de mulher; o simbolismo das efígies e do patíbulo; as metáforas da caçada. (THOMPSON, 1998, p. 381).

Desta forma, Thompson se opõe ao estruturalismo e clama pela prevenção contra a desintegração das propriedades míticas no empirismo. Os ritos são representados e transmitidos, possuindo várias origens e significados devido às noções próprias do povo em torno da sua memória. A *rough music* se apresenta como discurso social para além das compilações e estruturalismos, pois, para seu entendimento, precisa-se de contextualização sócio-histórica. A *rough music* surge como instrumento social de análise para o historiador.

Seja na Introdução de *A formação da classe operária inglesa*, em que aprendemos que a classe social se faz na prática de luta e resistência contra uma outra classe, no estudo *As peculiaridades dos ingleses*, onde nos deparamos com a crítica à Anderson e Nairn, ou no livro *Costumes em Comum*, com a análise da consciência de classe no cotidiano dos trabalhadores, Edwrad Palmer Thompson nos permite compreender a interação entre classe social, cultura popular e consciência de classe, sempre na direção de uma formação contínua como auto-fazerse.